

DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E A RENOVAÇÃO POLÍTICA PARTICIPATIVA COMO FORMA DE EMANCIPAÇÃO

Aline Moura da Silva Boanova¹
João Luís Severo da Cunha Lopes²

Resumo: O tema desigualdade social no Brasil tem como pano de fundo a globalização neoliberal. O ensaio tem por objetivo geral demonstrar que a desigualdade social pode ser diminuída por meio de uma renovação política participativa como forma de emancipação, neutralizando as imposições neoliberais da globalização. São seus objetivos específicos demonstrar as características dominantes do consenso neoliberal e sua relação com os índices de desigualdade social no Brasil, e por fim demonstrar aspectos da democracia participativa. Com o resultado se espera conseguir contribuir para uma unidade social no Brasil e por consequência aumentar o desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Democracia participativa; Desigualdade social; Globalização neoliberal.

SOCIAL INEQUALITY IN BRAZIL: THE NEOLIBERAL GLOBALIZATION AND PARTICIPATORY POLICY RENEWAL AS A FORM OF EMANCIPATION

Abstract: The theme of social inequality in Brazil has as its backdrop the neoliberal globalization. The test aims to demonstrate that general social inequality can be reduced through a participatory policy renewal as a form of emancipation, neutralizing the neoliberal impositions of globalisation. Are your specific goals demonstrate the dominant characteristics of the neo-liberal consensus and your relationship with the indices of social inequality in Brazil, and finally demonstrate aspects of participative democracy. With the result are expected to be able to contribute to a social unit in Brazil and consequently increase the development of the country.

Key-words: Participatory democracy; Social Inequality; Neoliberal globalization.

¹ Advogada – OAB/RS 107.289. Possui Graduação em Direito pela Universidade de Passo Fundo (2016). Conciliadora da Justiça Federal TRF4. Mestranda em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito *Stricto Sensu* da Universidade de Passo Fundo (Turma 2017-1) e bolsista CAPES Taxa. E-mail: 47950@upf.br

² Advogado – OAB/RS 49.127. Possui Graduação em Direito pela Universidade do Vale dos Sinos. Mestrando em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito *Stricto Sensu* da Universidade de Passo Fundo (Turma 2017-1) – Linha de Pesquisa Jurisdição Constitucional e Democracia. Bolsista CAPES Modalidade II. E-mail: jlscl@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de uma das consequências da modernidade: a globalização neoliberal e seu impacto no aumento da desigualdade social no Brasil. Diante disso se propõe uma alternativa de renovação da democracia sob um viés participativo, visando fortalecer a sociedade política.

O ensaio tem relevância pois, apesar de estarmos no Século XXI, marcado pela globalização, ainda nos debruçamos em pautas como a desigualdade social, a pobreza e a exclusão, em que pese todos os avanços tecnológicos, científicos e até do pensamento humano, incorporados por aquela. Ainda não temos a resposta de como lidar com seus efeitos negativos. O desafio é implementar uma justiça social e suprir necessidades básicas de subsistência de uma parcela muito grande da população global³. O binômio desenvolvimento/desigualdade sempre tem como pano de fundo o capitalismo, que intensifica a complexidade do problema.

Para responder ao problema proposto na pesquisa dividimos o trabalho em três seções, quais sejam: (I) Globalização: características dominantes, Consenso de Washington e impacto nos países semiperiféricos, (II) Consenso neoliberal no Brasil: breve contexto histórico, impactos e a busca por um “consenso nacional” e (III) Renovação política participativa – Uma proposta na Teoria Social de Boaventura.

Na primeira seção abordaremos a globalização sob o viés neoliberal. Para isso utilizaremos a perspectiva teórica de Immanuel Wallerstein. O sociólogo analisa a globalização como um “sistema global”. Da mesma forma, Boaventura de Sousa Santos se vale da mesma perspectiva em seus estudos. Essa análise permitiu a Boaventura concluir que o fator determinante da consequência negativa ou positiva da globalização em cada Estado será a posição que ele ocupa no contexto de poder econômico mundial, ou seja, se impõe as condições da globalização hegemônica (neoliberal) ou se recebe essa imposição em troca de ajuda e investimento internacionais. Dessa forma, demonstraremos que a globalização tem características dominantes que resultaram do consenso neoliberal ou “Consenso de Washington”. Os países centrais, que são detentores das agências multilaterais, impõem esse consenso como condição de ajuda e financiamento à países semiperiféricos. Essa é uma das

³ Sobre isso ver **Relatórios de Desenvolvimento Humano “Globais”**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/relatorios-de-desenvolvimento-humano/rdhs-globais.html>> Acesso em 13 de jul. de 2017.



faces perversas da globalização promovendo a desigualdade social. Enquanto que o resultado da globalização nos países centrais é positivo⁴.

Na segunda seção a exposição será em torno da adesão do Brasil ao Consenso de Washington. Isso ocorreu em 1990, porém, os efeitos ainda estão presentes na economia, estagnando o desenvolvimento econômico e causando a desigualdade no país. Demonstraremos esse fato pela exposição do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)⁵, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), no ano de 2016, com relação ao ano de 2015. Conforme o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁶ o país ocupa a 79ª posição no *ranking* mundial de desigualdade, mas para aferir a desigualdade no país o (PNUD) utiliza o Índice Ajustado à Desigualdade (IDHAD)⁷, por esse critério o Brasil “cairia” 19 posições, mas continuaria com péssimo desempenho. Também foram utilizados dados do Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira, que apontou que 1% dos mais ricos acumulam 14% da renda declarada no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e 15% de toda a riqueza⁸.

Na última seção nos debruçaremos sobre a renovação política participativa no Brasil, abordando as formas representativa e participativa da democracia, além das manifestações de participação popular no país. Para responder o problema da desigualdade sugerimos a implantação da democracia participativa como forma de emancipação social, para isso nos utilizaremos da Teoria Social proposta por Boaventura de Sousa Santos.

⁴ Sobre isso ver **Relatório Anuais do Banco Mundial**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>> Acesso em 13 de jul. de 2017.

⁵ Fonte: PNUD. **Human Development Report 2016**. Washington D.C: Communication Development Incorporated, 2016. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf> Acesso em 13 de jul. de 2017.

⁶ O (IDH) é um índice que considera fatores como: Saúde (expectativa de vida), Conhecimento (média de anos de estudo e os anos esperados de escolaridade) e Padrão de vida (renda nacional bruta per capita) a desigualdade é medida em nível global com o total de cada país. Fonte: **Relatórios de Desenvolvimento Humano Globais**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/relatorios-de-desenvolvimento-humano/rdhs-globais.html#2016>> Acesso em 13 de jul. de 2017.

⁷ O (IDHAD) considera os mesmos fatores do (IDH), porém analisando a desigualdade interna no país. . Fonte: **Relatórios de Desenvolvimento Humano Globais**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/relatorios-de-desenvolvimento-humano/rdhs-globais.html#2016>> Acesso em 13 de jul. de 2017.

⁸ Fonte: RECEITA FEDERAL. **Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira: Dados do IRPF 2015/2014**. Brasília: SPE, 2016. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/relatorio-sobre-a-distribuicao-da-renda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>> Acesso em: 13 jul. 2017.



I – GLOBALIZAÇÃO: CARACTERÍSTICAS DOMINANTES, CONSENSO DE WASHINGTON E IMPACTO NOS PAÍSES SEMIPERIFÉRICOS

A globalização neoliberal é um fenômeno da modernidade. Esse tema que gera muitos debates. Há uma tensão entre os que lhe atribuem a conquista de muitos avanços e os que a enxergam somente como um impacto negativo. Estamos diante de um fenômeno complexo, com muitas dimensões, que pode promover o desenvolvimento econômico, mas que também pode ser responsável pelo aumento da desigualdade social.

Nas palavras de Giddens o estudo empírico da globalização contempla duas perspectivas teóricas: o “sistema mundial” e a “literatura das relações internacionais”. Empregaremos no trabalho somente a primeira. Ela está associada a Immanuel Wallerstein e se divide “em três componentes: o centro, a semiperiferia e a periferia, embora a localização destes se desloque regionalmente através do tempo”(GIDDENS, 1991. p. 77-78) conforme o critério de poder econômico. Boaventura adota a mesma perspectiva para sua análise, como se verá adiante.

Como fenômeno social, a globalização precisa ser interpretada e decifrada, pois sobre ela pairam muitos aspectos. É preciso uma compreensão além dos discursos regional, disciplinar e ideológico. Segundo Boaventura de Sousa Santos “uma revisão dos estudos sobre os processos de globalização mostra-nos que estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo” (SANTOS, 2011. p. 26). O autor ainda ressalta que “os debates sobre o tema são intensos sob o viés econômico, porém as perspectivas social, política e cultural também estão presentes como características desse fenômeno” (SANTOS, 2011. p. 27).

A globalização tem características dominantes e Boaventura de Sousa Santos as vê sob as seguintes perspectivas: econômica, política e cultural. Porém antes de descrevê-las é necessário tecer considerações sobre as consequências de se ter características dominantes, ou seja, a globalização é um processo linear ou consensual? (SANTOS, 2011, p. 26).

Como sabemos a globalização é uma área de intenso conflito “entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; e mesmo no interior do campo hegemônico há divisões mais ou menos significativas”. Todavia as características dominantes derivam de um consenso “por sobre todas as suas divisões internas, o campo hegemônico actua [sic] na base de um consenso entre os seus mais influentes membros” (SANTOS, 2011, p.27).





Este consenso também é chamado de neoliberal ou Consenso de Washington⁹, e é o resultado da união de outros, tais como: econômico, social, político (que se divide em outros três: o consenso do Estado fraco, o consenso da democracia liberal e o consenso do primado do direito e do sistema judicial) e o cultural. A implementação e modificação institucionais dos Estados é uma condição para que as agências financeiras multilaterais [Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio] ofereçam a ajuda e o financiamento internacionais aos que se condicionarem às suas exigências.

Sobre a dimensão econômica da globalização, o consenso econômico neoliberal, Boaventura diz que:

Os traços principais dessa nova economia são os seguintes: economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global; processos de produção flexíveis e multilocais; baixos custos de transporte; revolução nas tecnologias de informação e de comunicações; desregulação das economias nacionais; preeminência das agências financeiras multilaterais [Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio], emergência de três grandes capitalismos transnacionais: o americano baseado nos EUA [...], o japonês [...] e o europeu, baseado na União Europeia [...] (SANTOS, 2011, p.29).

A receita neoliberal para o consenso econômico atingiu todos os países, mas são os países periféricos e semiperiféricos, o Brasil é um exemplo dos últimos, os que mais se submetem às inovações institucionais principalmente no tocante a renegociação da dívida externa com as agências financeiras multilaterais por meio de programas de ajustamento estrutural (SANTOS, 2011, p.31).

⁹ A primeira manifestação dramática dos riscos da globalização foi a crise financeira e monetária que afetou o México em 1982 e se espalhou por outros países nos anos seguintes. Na América Latina, os anos de 1980 ficaram conhecidos como “a década perdida”. Uma explicação foi a inabilidade dos países da região de se adaptar à volatilidade dos fluxos de capital internacional e às outras mudanças provocadas pela globalização. Organizações internacionais e, mais especificamente, o Fundo Monetário Internacional, foram chamados a ajudar os países a enfrentar a situação e desenvolveram uma visão do que esses países deveriam fazer para se integrar à economia mundial e dela se beneficiar. A expressão “Consenso de Washington” foi cunhada pelo economista John Williamson em 1989 para descrever essa visão. Fonte: SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. Augurium Editora, São Paulo, 2004, p. 87.

A avaliação objeto do Consenso de Washington abrangeu 10 áreas: 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual. BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. p. 18 Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>> Acesso em 10 de jul. 2017.



Sob o viés do consenso social se observa uma transformação no sistema de classes sociais, tal como dividido por Karl Marx (burguesia e proletariado)¹⁰, com o surgimento de uma:

[...] classe capitalista transnacional [...] cujo campo de reprodução social é o globo enquanto tal e que facilmente ultrapassa as organizações nacionais de trabalhadores, bem como os Estados externamente fracos da periferia e da semiperiferia do sistema mundial (SANTOS, 2011, p.32).

A nova classe capitalista se configura nas empresas multinacionais. Peter Evans estabelece que as novas classes formam uma tríplice aliança entre as multinacionais, as estatais e o capital nacional (EVANS, 1980. p. 288). Ele analisa a separação de classes e conclui que esse modelo só opera a redistribuição em um sentido:

[...] da massa da população para a burguesia estatal, as multinacionais e o capital local. A manutenção de um equilíbrio delicado entre os três parceiros milita contra qualquer possibilidade de um tratamento sério às questões de redistribuição de rendimentos, mesmo que membros da elite expressem um apoio ao princípio teórico da redistribuição de rendimentos (EVANS, 1980, p. 288).

Essa nova organização produz um aumento da desigualdade social, especialmente em países semiperiféricos, como o Brasil, Boaventura sinaliza que:

As novas desigualdades sociais produzidas por esta estrutura de classe [capitalista transnacional] têm vindo a ser amplamente reconhecidas mesmo pelas agências multilaterais que têm liderado este modelo de globalização, com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (SANTOS, 2011, p.33).

Na lição de Boaventura, o consenso social neoliberal prega o seguinte:

[...] que o crescimento e a estabilidade econômicos assentam na redução de custos salariais, para o que é necessário liberalizar o mercado de trabalho, reduzindo os direitos liberais, proibindo a indexação dos salários aos ganhos de produtividade e os ajustamentos em relação ao custo de vida e eliminando a prazo a legislação sobre salário mínimo (SANTOS, 2011, p.34-35).

Então a tônica do desse consenso consiste na ideia de que:

A economia é, assim, dessocializada, o conceito de consumidor substitui o de cidadão e o critério de inclusão deixa de ser o direito para ser a solvência. Os pobres são os insolventes (o que inclui os consumidores que ultrapassam os limites do sobreendividamento). Em relação a eles devem adoptar-se [sic] medidas de luta contra a pobreza, de preferência medidas compensatórias que minorem, mas não eliminem a

¹⁰ Sobre isso ver: MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. In: _____. Obras escolhidas: Karl Marx – Friedrich Engels. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Omega, [s/d].





exclusão, já que esta é um efeito inevitável (e, por isso, justificado) do desenvolvimento assente no crescimento econômico e na competitividade a nível global (SANTOS, 2011, p.35).

Boaventura assinala que “a nova pobreza globalizada não resulta da falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial”. Em países semiperiféricos, como o Brasil, ocorre a imposição do consenso neoliberal elaborado a partir dos países centrais por meio do controle da dívida externa efetuado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, espalhando a desigualdade (SANTOS, 2011 p.35).

Sob a ótica da globalização política e seu consenso “a nova divisão internacional do trabalho, conjugada com a nova economia política ‘pró-mercado’, trouxe também algumas importantes mudanças para o sistema interestatal, a forma política do sistema mundial moderno” (SANTOS, 2011, p.35). Dentre as mudanças podemos destacar três que são elencadas por Boaventura: Primeira:

[...] os Estado hegemónicos, por eles próprios ou através de das instituições internacionais que controlam [Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial] [...], comprimiram a autonomia política e a soberania efectiva [sic] dos Estados periféricos e semiperiféricos com uma intensidade sem precedentes [...] (SANTOS, 2011, p.35).

A segunda mudança diz respeito ao crescimento de “acordos políticos interestatais (União Europeia, NAFTA, Mercosul)” (SANTOS, 2011, p.36.). A terceira e última mudança consiste no fato de:

[...] o Estado-nação parece ter perdido a sua centralidade tradicional enquanto unidade privilegiada de iniciativa económica [sic], social e política. A intensificação das interacções [sic] que atravessam as fronteiras e as práticas transnacionais corroem a capacidade do Estado-nação para conduzir ou controlar fluxos de pessoas, bens, capital ou ideias, como fez no passado (SANTOS, 2011, p.36).

O Consenso de Washington determina que os Estado participantes façam alterações institucionais consideráveis e essa “transnacionalização da regulação estatal” (SANTOS, 2011, p.38) tem grandes impactos na economia. Sobre isso temos que:

No que respeita aos países periféricos e semiperiféricos, a políticas de “ajustamento estrutural” e de “estabilização macroeconómica” – impostas como condição para a renegociação da dívida externa – cobrem um enorme campo de intervenção económica [sic], provocando enorme turbulência no contrato social, nos quadros legais e nas molduras institucionais (SANTOS, 2011, p.38).



Entre as adaptações ao receituário liberal podemos destacar alterações que podem ser descritas como:

[...] a liberalização dos mercados; a privatização das indústrias e serviços; a desactivação [sic] das agências regulatórias e de licenciamento; a desregulação do mercado de trabalho e ‘flexibilização’ da relação salarial; a redução e a privatização, pelo menos parcial, dos serviços de bem estar social (privatização dos sistemas de pensão, partilha dos custos dos serviços sociais por parte dos utentes, critério mais restritos de elegibilidade para prestações de assistência social, expansão do chamado terceiro sector [sic], o sector [sic] privado não lucrativo, criação de mercados no interior do próprio Estado [...]); uma menor preocupação com temas ambientais; as reformas educacionais dirigidas para a formação profissional mais do que para a construção da cidadania (SANTOS, 2011, p.38).

O Consenso de Washington no que concerne à globalização política faz emergir outros três consensos, quais sejam: do Estado fraco, da democracia liberal e do primado do direito e do sistema judicial.

A ideia liberal decorrente do consenso do Estado fraco, segundo Boaventura:

[...] é, de todos os consensos neoliberais, o mais frágil, e mais sujeito a correções. É que o ‘encolhimento’ do Estado – produzido pelos mecanismos conhecidos, tais como a desregulação, as privatizações e a redução dos serviços públicos – ocorre no final de um período de cerca de cento e cinquenta anos de constante expansão regulatória do Estado (SANTOS, 2011, p.41).

Boaventura ressalta que:

[...] o consenso do Estado fraco foi o que mais deu sinais de fragilização, como bem demonstra o relatório do Banco Mundial de 1997, dedicado ao Estado e no qual se reabilita a ideia de regulação estatal e se põe o acento tónico [sic] na eficácia da ação estatal (SANTOS, 2011, p.42).

Sobre o segundo consenso que deriva da globalização política, o da democracia liberal, Boaventura a acentua que:

[...] visa dar forma política ao Estado fraco, mais uma vez recorrendo à teoria política liberal que particularmente nos seus primórdios defendera a convergência necessária entre liberdade política e liberdade económica [sic], as eleições livres e os mercados livres como os dois lados da mesma moeda: o bem comum obtível [sic] através das acções [sic] de indivíduos utilitaristas envolvidos em trocas competitivas com o mínimo de interferência estatal (SANTOS, 2011, p.42).

Segundo Boaventura, o problema em adaptar a forma política por meio do consenso neoliberal, como condição de ajuda e financiamento internacionais, consiste em aplicar:



[...]um modelo monolítico a ser aplicado em sociedades e realidades muito distintas. Por essa razão o modelo de democracia adotado [sic] [...] tende a converter-se numa versão abreviada, senão mesmo caricatural, da democracia liberal (SANTOS, 2011, p.42).

Nesse sentido Boaventura defende que o “modelo monolítico” não considera diferenças entre os países que têm raiz liberal e os que se adaptam à concepção liberal de democracia por imposição. Ressaltamos como diferenças determinantes, entre os que vivem essa realidade, a “[...] liberdade de consciência, informação e expressão em todos os assuntos públicos definidos como tal com amplitude [...]”, ou seja, nos países com a imposição da “caricatura” da democracia liberal a política acaba beneficiando as elites e a questão da desigualdade social se resume a ações filantrópicas dos mais ricos aos mais pobres, o que não contribui para a emancipação social (SANTOS, 2011, p.42).

A nova forma política de Estado imposta pelo mesmo aspecto da globalização é o consenso sobre o primado do direito e do sistema judicial. Boaventura acentua que “o modelo de desenvolvimento caucionado pelo Consenso de Washington reclama um novo quadro legal que seja adequado à liberalização dos mercados, dos investimentos e do sistema financeiro” (SANTOS, 2011, p.43) essa alteração ficará a encargo do Estado e garantirá as relações econômicas e políticas decorrentes da globalização.

Por último temos a característica dominante ou último consenso neoliberal, a cultura global. Nas palavras de Boaventura:

No domínio cultural, o consenso cultural é muito seletivo. Os fenômenos culturais só lhe interessam na medida em que se tonam mercadorias que como o tal devem seguir o trilho da globalização econômica. Assim, o consenso diz, sobretudo, respeito aos suportes técnicos e jurídicos da produção e circulação dos produtos das indústrias culturais, como por exemplo, as tecnologias de comunicação e da informação e os direitos de propriedade intelectual (SANTOS, 2011, p.48).

Embora a globalização sob o aspecto de sua característica cultural seja um campo instigador de relevante debate e cause impactos no desenvolvimento dos países, pela complexidade do tema não nos ateremos a ele.

Com a formação do consenso de Washington por outros diferentes consensos se instaurou um “metaconsenso” que se funda em duas ideias. Conforme a primeira “estamos a entrar em um período em que desapareceram as clivagens políticas profundas” e a segunda de que “desapareceram igualmente as clivagens entre diferentes padrões de transformação social” (SANTOS, 2011, p.27).



Boaventura aponta que “este consenso está hoje relativamente fragilizado em virtude de os crescentes conflitos no interior do campo hegemónico e da resistência que tem vindo a ser protagonizada pelo campo subalterno ou contra-hegemónico” (SANTOS, 2011, p.27).

Após as considerações sobre as características dominantes da globalização e o impacto negativo que os consensos neoliberais operam em países como o Brasil, passaremos a discorrer sobre a desigualdade social revelada em dados de desenvolvimento humano e declarações de renda.

II – CONSENSO NEOLIBERAL NO BRASIL: IMPACTOS E A BUSCA POR UM “CONSENSO NACIONAL”

Não houve adesão imediata ao Consenso de Washington, o Brasil ainda resistiu em ceder às imposições neoliberais.¹¹ O que ocorreu somente em 1990 no governo de Fernando Collor de Mello, conforme destaca Bresser-Pereira:

A instalação do regime de política econômica liberal, em substituição ao desenvolvimentista, ocorreu em quatro tranches, entre 1990 e 1999. Em 1990, no governo Collor, a primeira tranche: a abertura comercial, que envolveu a desmontagem do sistema de neutralização da doença holandesa que estava embutido no regime comercial brasileiro desde 1967, sem que nem o governo liberal nem seus críticos soubessem dessa neutralização. Em 1992, após o fracasso do Plano Collor, no quadro de um acordo com o FMI, a segunda tranche: a abertura financeira, ou seja, a perda de controle das entradas e saídas de capital, da taxa de juros e da taxa de câmbio. Em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, a terceira tranche: a extinção do conceito de empresa nacional e a privatização e desnacionalização dos serviços monopolistas públicos. E em 1999, no mesmo governo, a quarta tranche: a adoção do chamado “tripé macroeconômico”: superávit primário (um objetivo legítimo), meta de inflação (na prática, juros muito altos), e câmbio flutuante (na verdade, sobreapreciação de longo prazo da moeda) (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 15).

Desde a adesão do Brasil ao Consenso em 1990 até agora já se passaram quase três décadas e o país ainda registra grande déficit de desenvolvimento humano e desigualdade

¹¹ Os princípios neoliberais consolidados no Consenso de Washington batem de frente com alguns dos pressupostos do modelo de desenvolvimento brasileiro e da política econômica externa que lhe dava apoio. Em particular com a liberdade de ação que o Brasil desejava manter para prosseguir em seu processo de industrialização, mediante reserva de mercado para indústrias de capital nacional no campo da informática assim como pela exclusão do patenteamento na área químico-farmacêutica. O Brasil tampouco se dispunha a aceitar restrições ao pleno desenvolvimento tecnológico no setor nuclear e aeroespacial. Fonte: BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos.** p. 27.



social, conforme já apontado. Tomando por base o (RDH)¹² elaborado pelo (PNUD), no ano de 2016, com relação ao ano de 2015, existem muitas distorções com relação às estatísticas de desigualdade social, especialmente na avaliação nacional (IDHAD), mas que já foram identificadas e constatada a:

[...] necessidade de produção de dados que mostrem a realidade para além das médias nacionais. Um exemplo: atualmente existem 300 milhões de pessoas pobres nos países de renda elevada. No Brasil, a renda média per capita familiar, em 2010, era de R\$ 793,87. Na cidade de São Caetano do Sul (SP), porém, chegava a R\$ 2.043,00, enquanto em Marajá do Sena (MA) – município de menor renda do país – alcançava apenas R\$ 96,25¹³.

Conforme o parecer do (RDH) são necessárias reformas na tríplice aliança, ou seja, as reformas vão além do âmbito nacional, o consenso neoliberal também deve ser revisto, pois também é responsável pela estagnação do desenvolvimento humano provocado também por índices elevados de desigualdade social.

O relatório reconhece que a superação dos desafios do desenvolvimento humano é complexa e envolve reformas não apenas nacionais, mas também em instituições globais, como os mercados, a sociedade civil e os organismos multilaterais. Dentre as sugestões de reformas, constam a regulação de investimentos e mercados justos, um sistema de migração justo, mudanças na composição do Conselho de Segurança da ONU¹⁴.

Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer:

O Brasil é [...] uma sociedade marcada por desigualdades sociais escandalosas que, na verdade, aumentaram bastante nos últimos quinze anos [livro publicado em 2002], devido à crise do Estado desenvolvimentista, à desregulamentação da economia e ao desmonte de um Estado-Providência que já era, de resto, inteiramente deficiente (SANTOS, 2002. p. 458-459).

Analisando a estagnação de quase 30 anos com relação ao desenvolvimento brasileiro, Luiz Carlos Bresser-Pereira faz algumas considerações e atribui a “quase-estagnação e retrocesso” ao regime de política econômica liberal, um traço do consenso político (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 7). Ressalta que:

¹²Fonte: **Relatório de desenvolvimento humano**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/relatorios-de-desenvolvimento-humano/rdhs-globais.html#2016>> Acesso em 13 de jul. de 2017.

¹³ Fonte: PNUD. **Human Development Report 2016**. [s/p].

¹⁴ Fonte: PNUD. **Human Development Report 2016**. [s/p]





Entre 1950 e 1980, a renda por pessoa cresceu 4,5% ao ano; desde então, cresce menos de 1% ao ano; em 2014, estagnou; em 2015 e 2016, essa renda caiu mais do que 8%. Entre 1980 e 2014, enquanto a renda por pessoa dos brasileiros aumentou 1,4 vez, a dos tailandeses, 4 vezes; dos sul-coreanos, 6,3 vezes; e a dos chineses, 17,5 vezes. A maioria dos brasileiros ainda não se deu conta dessa quase-estagnação; que o Brasil está ficando para trás (BRESSER-PEREIRA, 2017. p. 7).

Bresser-Pereira destaca que a crise do endividamento foi superada entre 1990 e 1994, mas se questiona das causas da falta de crescimento após 1990. Ele critica a cultura que se instaurou no país, dizendo que a “[...] população brasileira deixou-se levar por uma alta preferência pelo consumo imediato, e perdeu a ideia de nação, passando a aceitar, docemente, os conselhos e sugestões que vem dos países ricos, nossos concorrentes” (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 9). E conclui que:

A economia brasileira cresce lentamente desde 1990 porque nessa década o regime de política econômica mudou de desenvolvimentista para liberal. Embora um regime de política econômica desenvolvimentista não assegure o desenvolvimento econômico se for conduzido com incompetência ou de forma populista, um regime liberal é intrinsecamente incapaz de promover o desenvolvimento econômico de um país como o Brasil, independentemente da competência do governo, porque o populismo cambial, que é inerente a esse tipo de regime de política econômica, desestimula o investimento e leva o país a crises cíclicas (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 9).

Note-se que não nos posicionamos contra a globalização e o capitalismo, pelo contrário, nossa crítica é com relação às suas formas de execução no tocante à países como o Brasil, ou seja, impondo propostas liberais, especialmente políticas, que causam o enfraquecimento interno e institui um modelo de democracia liberal, que como já acentuou Boaventura, não opera da mesma forma em realidades distintas. De igual maneira Bresser-Pereira se posiciona no sentido de que:

Essa crítica ao regime liberal de política econômica não implica rejeição das empresas multinacionais. Elas podem ser úteis para o país se implicarem transferência de tecnologia, ou abertura de novos mercados de exportação. O grande problema são os déficits em conta corrente que elas e o sistema financeiro internacional financiam (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 9).

Bresser-Pereira observa que entre os presidentes que foram eleitos após Fernando Henrique Cardoso somente Dilma Rousseff fez uma tentativa de transição do regime liberal para o desenvolvimentista, porém sem sucesso:

Em 2002 Luiz Inácio Lula da Silva, um político de esquerda, supostamente desenvolvimentista, foi eleito, mas nos seus oito anos de governo ele não propôs qualquer mudança no regime liberal de política econômica; apenas aproveitou o boom



de commodities para aumentar em termos reais o salário mínimo – um aumento de 52%, que teve um bem-vindo efeito distributivo. Conforme ocorrera com o governo anterior, a taxa de juros foi mantida em um nível astronômico, e o real, que se depreciara nas crises de balanço de pagamentos de 1999 e 2002, voltou a se valorizar fortemente.

[...]

Nos quatro anos seguintes (2011-2014), a presidente Dilma Rousseff tentou voltar ao regime desenvolvimentista de política econômica, mas havia recebido de Lula uma terrível herança: uma taxa de câmbio de R\$ 2,20 por dólar quando a taxa de câmbio de equilíbrio industrial estava em torno de R\$ 3,80 (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 16).

Muito embora nos utilizemos da argumentação de Bresser-Pereira para a identificação do receituário neoliberal como a principal causa de estagnação do desenvolvimento do país, não compartilhamos da ideia de implantação de um regime desenvolvimentista, pelo menos em parte. Isso ficará melhor demonstrado no último capítulo. Por ora cumpre dizer que é preciso superar o debate construído a partir de premissas individualistas e coletivas, de concepções liberais ou republicanas. O paradigma democrático não deve se fundamentar em “direitas” ou “esquerdas”, como assinala Giddens em sua obra *Para além da esquerda e da direita* (GIDDENS, 1996).

A transição democrática é um desafio, sobretudo diante de armadilhas que a própria economia cria, e outros entraves como interesse político e a corrupção, mas isso deve ser moldado internamente, sem a imposição de outros países como condição de auxílio financeiro, precisamos criar nosso próprio consenso. Dessa forma, Batista acresce que o desenvolvimento do Brasil:

Exigirá, portanto, apreciação das vantagens comparativas nacionais, tanto aquelas de caráter estático, como os recursos naturais, quanto, sobretudo, as de natureza dinâmica: o capital, a capacidade empresarial, a aptidão da força de trabalho e o nível tecnológico, entre outras. Demandará, igualmente, uma cuidadosa avaliação dos obstáculos e facilidades que poderemos encontrar nos mercados mundiais de bens, de capitais e de tecnologia. A identificação dos países com os quais seria viável estabelecer parcerias de mútua conveniência em todos os continentes, sem limitações regionais (BATISTA, p. 30).

Demonstrado o impacto negativo do receituário neoliberal no Brasil, especialmente com forte influência liberal na estrutura política, identificando-o como um obstáculo ao desenvolvimento e como consequência, contribuindo para a desigualdade social, passamos à solução que nos propomos aqui: um paradigma democrático com a implementação de uma renovação política participativa como forma de emancipação social e formação de um “novo senso comum”.



III - RENOVAÇÃO POLÍTICA PARTICIPATIVA – UMA PROPOSTA NA TEORIA SOCIAL DE BOAVENTURA

A “globalização hegemônica” fez emergir o que Boaventura chama de “globalização contra hegemônica”, que atua no campo das práticas capitalistas globais e também no campo das práticas sociais e culturais transnacionais. A primeira é “a globalização das lutas que tornam possível a distribuição democrática da riqueza, uma distribuição assente de direitos de cidadania individuais e coletivos, aplicados transnacionalmente”. A segunda “consiste na construção do multiculturalismo emancipatório, ou seja, a construção democrática de regras de reconhecimento recíproco entre identidades e entre culturas distintas” (SANTOS, 2011, p.75). O objetivo da pesquisa é focar na problemática da primeira.

Decorrente das duas formas de atuação da “globalização contra hegemônica” Boaventura insere outro termo à sua Teoria Social: o “cosmopolitismo subalterno” que busca a plenitude dos princípios da igualdade e do reconhecimento da diferença como forma de conter as relações de poder desiguais (SANTOS, 2010. p.51). Dessa forma a expressão se manifesta:

[...] através das iniciativas e movimentos que constituem a globalização contra-hegemônica [sic]. Consiste num vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão econômica, social, política e cultural gerada pela mais recente incarnação [sic] da globalização neoliberal (SANTOS, 2010, p.51).

Boaventura destaca que o Fórum Social Mundial é uma das manifestações do “cosmopolitismo subalterno” e na obra *O Fórum Social Mundial: manual de uso*, aponta a democracia participativa como uma das formas de combate à globalização neoliberal política, mas que surtirá efeitos sobre os demais consensos e sobre a desigualdade que ela provoca:

[...] a globalização neoliberal não se limita a submeter ao mercado um número crescente de interações [sic], nem a aumentar a taxa de exploração dos trabalhadores [...] veio mostrar, com acrescida e brutal clareza, que a exploração está ligada a muitas outras formas de opressão que afectam [sic] mulheres, minorias étnicas, povos indígenas, camponeses, desempregados, trabalhadores do sector [sic] informal, imigrantes legais e ilegais, subclasses de guetos urbanos, homossexuais e lésbicas, crianças e jovens sem futuro digno. [...] não basta a igualdade como ideal emancipatório. A igualdade, entendida como equivalência entre o mesmo, acaba por excluir o que é diferente. Tudo que é homogêneo no início tende a converter-se mais tarde em violência excludente [...]. Aqui reside a base para a opção em favor da democracia participativa, enquanto princípio regulador da emancipação social [...] (SANTOS, 2005. p. 35-36).



Diante das considerações iniciais destacamos que o debate sobre a renovação política tem feito parte da agenda da modernidade, porém ele deve ser desenvolvido sem polarizações entre modelos de Estados.

Conforme Boaventura expõe, os debates devem buscar equilíbrio entre subjetividade e cidadania, conjugando o pessoal com o coletivo para a transformação da sociedade civil em sociedade política. E também com o objetivo de dar à sociedade política autoridade partilhada com o Estado para tomar as decisões (SANTOS, 2000. p.268-269).

Nesse campo os movimentos sociais buscam uma compatibilização entre o pessoal e o coletivo, um embrião da sociedade política. As lutas de grupos sociais não devem buscar a igualdade como ideia de homogeneidade, mas sim o respeito recíproco às diferenças.

Segundo o autor o que se desenvolveu até agora são subsínteses desses aspectos que “resultaram em excessos de regulação, os quais, aliás, se insinuaram por vezes sob a forma de emancipações, posteriormente denunciadas como falsas” (SANTOS, 2005, p. 269). Então o desafio a que Boaventura se propõe é:

[...] incluir uma nova *teoria da democracia* que permita reconstruir o conceito de cidadania, uma nova *teoria da subjectividade* [sic] que permita reconstruir o conceito de sujeito e uma nova *teoria da emancipação* que não seja mais que o efeito teórico das duas primeiras teorias na transformação da prática social levada a cabo pelo *campo social da emancipação* (SANTOS, 2005, p. 270, grifo do autor).

Boaventura e Leonardo Avritzer destacam que é preciso uma democracia de alta intensidade para atenuar os efeitos da globalização neoliberal:

[...] é precisamente por esta razão [tendência em sofrer com os efeitos do capitalismo mundial] que os países periféricos do mundo que passam pelo processo de globalização precisam criar uma forte infra-estrutura democrática de base, sem a qual suas democracias não podem sobreviver ao nível do Estado-nação ou, pior ainda podem pôr em perigo a própria sobrevivência dos seus cidadãos pobres (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 56).

A democracia representativa parece ter eliminado sua tensão com o capital. Boaventura elucida:

[...] nas condições da nova constelação política a democracia representativa perdeu as parcas virtualidades distributivas que alguma vez teve. Nas novas condições da democracia redistributiva tem de ser democracia participativa e a participação democrática tem de incidir tanto na actuação [sic] estatal de coordenação como na actuação [sic] dos agentes privados, empresas, organizações não governamentais, movimentos sociais cujos interesses de desempenho o Estado coordena (SANTOS, 1998, p. 44).



Para Boaventura a complementação da democracia representativa com a participativa “[...] pode conduzir à elastização e aumento do máximo de consciência possível, caso em que o capitalismo encontrará um modo de convivência com a nova configuração democrática [...]” e para isso destaca que será necessário que “o campo político seja ampliado”. O autor enfatiza que “politizar significa identificar relações de poder e imaginar formas práticas de as transformar em relações de autoridade partilhada” (SANTOS, 2000, p. 270-271).

O autor identificou quatro espaços políticos estruturais suscetíveis às lutas democráticas pela autoridade partilhada: o espaço da cidadania, o espaço doméstico, o espaço de produção e o espaço mundial.

Sobre o espaço doméstico Boaventura acrescenta que “continua a ser o espaço privilegiado de reprodução social e a forma de poder que domina nele é o patriarcado [...] o movimento feminista tem desempenhado papel crucial na politização do espaço doméstico [...]” (SANTOS, 2000, p. 270), outro espaço, o da produção, o autor diz que:

[...] é o espaço das relações sociais de produção e a forma de poder que lhe é própria é a exploração. A difusão social da produção e o isolamento político do operariado na produção ajudaram [...] a tornar social e politicamente menos importante o quotidiano do trabalho assalariado (SANTOS, 2000, p. 272).

No que compete ao espaço mundial, Boaventura fala que “é o conjunto de impactos em cada formação social concreta decorrentes da posição que ela ocupa no sistema mundial” (SANTOS, 2000, p 275). E para completar a teoria da democracia temos o espaço da cidadania e sobre ele o autor encerra dizendo que:

No processo o próprio estado político liberal, o espaço da cidadania, sofre uma transformação profunda. A diferenciação das lutas democráticas pressupõe a imaginação social de novos exercícios de democracia e de novos critérios democráticos para avaliar as diferentes formas de participação política. E as transformações prolongam-se no conceito de cidadania, no sentido de eliminar os novos mecanismos de exclusão da cidadania, de combinar formas individuais com formas coletivas de cidadania e, finalmente, no sentido de ampliar esse conceito para além do princípio da reciprocidade e simetria entre direitos e deveres (SANTOS, 2000, p 275).

Emir Sander demonstra a importância de iniciativas como o Orçamento Participativo:

[...] essas iniciativas, no caso de um país como o Brasil, caracterizado pela pior distribuição de renda do mundo, perdem-se na dimensão dos problemas sociais acumulados, perdendo qualquer eficácia. A quantidade de miséria acumulada ao longo das últimas décadas não poderia ter soluções -nem mesmo parciais -sem mudar os paradigmas de reprodução social, começando pelos padrões de acumulação de



capital. Para esta ação as entidades empresariais são especialmente insensíveis, dado que são justamente as beneficiárias desses modelos de acumulação de capital (SANDER, 2002, p. 674).

Após as considerações sobre a teoria democrática, Boaventura aborda a teoria da emancipação explicando que:

[...] a emancipação não é mais que um conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que a distingue dos outros conjuntos de lutas é o sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido é para o campo social da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social conforme na nova teoria democrática [...] (SANTOS, 2000, p 277).

Boaventura afirma que a emancipação cria um “novo senso comum político”. O autor acrescenta que ele se formará com a:

[...] identificação e caracterização [...] dos múltiplos lugares de opressão nas sociedades capitalistas e de interligações entre eles. Reside também na identificação e caracterização da pluralidade dos agentes sociais, dos instrumentos sociais e dos conhecimentos sociais susceptíveis de serem mobilizados em constelações de relações emancipatórias (SANTOS, 2005, p. 327).

Dessa forma concluímos que a democracia participativa como meio de emancipação social e formação de um “novo senso comum”, é uma alternativa para que o Brasil retome o desenvolvimento humano obtendo uma unidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões abordadas primeiramente levaram à constatação de que a globalização neoliberal é um fenômeno decorrente da modernidade. Suas características dominantes impactam no desenvolvimento de países que recebem a imposição do Consenso de Washington, um receituário neoliberal. Todavia, países que impõem esse consenso têm um resultado positivo de desenvolvimento em todos os sentidos.

Embora tenha ocorrido o enfraquecimento do consenso neoliberal, ele continua impactando no desenvolvimento humano dos países semiperiféricos. Esse enfraquecimento se dá por conta das teses contra hegemônicas que questionam as imposições.

Após foi demonstrado que o Brasil sofre os impactos negativos decorrentes das imposições do neoliberalismo. As condições impostas por países centrais sem considerar as diferenças dos demais Estados causam o enfraquecimento interno. Um dos principais prejuízos



é a imposição do consenso político, impondo à democracia representativa em termos liberais. Tudo isso contribui para a estagnação do desenvolvimento humano e interfere no aumento das desigualdades sociais. Foram abordados brevemente contextos históricos de transições de governo e modelos de Estado. A globalização hegemônica afeta o desenvolvimento do Brasil, sobretudo sob o aspecto do aumento das desigualdades sociais. O capitalismo e a globalização não podem ser demonizados por isso, as providências devem ser tomadas internamente, nacionalmente, com o fortalecimento da democracia participativa.

Por último demonstramos que a globalização contra hegemônica atua em oposição às práticas capitalistas e globais, visando a distribuição democrática da riqueza, uma distribuição assente de direitos de cidadania individuais e coletivos, também busca o multiculturalismo emancipatório, ou seja, a construção democrática de regras de reconhecimento recíproco entre identidades. No contexto brasileiro criticamos a democracia representativa, pois ela elimina a tensão com o capitalismo, não promove a cidadania e a participação política da sociedade. Ressaltamos a necessidade de uma renovação evitando os debates entre coletivo e individual, proporcionando cidadania e a politização dos espaços. Foi demonstrado que a democracia participativa é capaz de dar ferramentas para que se diminua a desigualdade social no Brasil, sem se utilizar de medidas filantrópicas que são paliativas, mas proporcionando uma emancipação social e formando um novo consenso político. Além disso a democracia participativa é um meio de construir um país forte que interage com a globalização e o capitalismo, que são inevitáveis, mas de forma a não disseminar a pobreza nacional, proporcionando uma unidade social e emancipando a sociedade.

Como vimos, a renovação política participativa não é tarefa fácil, especialmente no Brasil, que tem sérios problemas políticos, a corrupção, por exemplo, mas com ações como o Orçamento Participativo e aplicando as formas de participação previstas na Constituição Federal conseguiremos combinar os modelos representativo e participativo, como primeiro passo para a unidade social. Com isso aperfeiçoaremos o projeto inacabado que é a democracia no Brasil.





REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Disponível em:

<<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>>

Acesso em 10 de jul. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Como sair do regime liberal de política econômica e da quase estagnação desde 1990**. Estudos Avançados 31 (89), 2017. Disponível em <

<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2017/306-Regime-Liberal-EstudosAvancados.pdf>>

Acesso em 14 de julho de 2017.

EVANS, Peter. **A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker – São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. Trad. Álvaro Hattner. São Paulo: UNESP, 1996.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. In: _____. Obras escolhidas: Karl Marx – Friedrich Engels. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Omega, [s/d].

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a democracia**. Lisboa: Gradiva, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade** – 7ª ed. - São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; (Org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa - Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, 1**. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. Porto: Afrontamento, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática – V. 1 – A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. – 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul** – Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes (Orgs.) - São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Globalização e as ciências sociais** – Boaventura de Sousa Santos (Org.) – 4ª ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

RECEITA FEDERAL. **Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira: Dados do IRPF 2015/2014**. Brasília: SPE, 2016. Disponível em:<<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/relatorio-sobre-a>



distribuicao-darenda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf> Acesso em: 13 jul. 2017.

PNUD. **Human Development Report 2016**. Washington D.C: Communication Development Incorporated, 2016. Disponível em:

<http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf> Acesso em 13 de jul. de 2017.